

O melhor foi a platéia

Categories : [Reportagens](#)

[Leia também a cobertura completa do CBUC e baixe as palestras](#)

Talvez por instinto de preservação, ao longo de toda a sua palestra no Simpósio Internacional de Conservação da Natureza, ministrada nesta segunda-feira em Foz do Iguaçu, o Diretor de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Maurício Mercadante, não pronunciou o nome do Instituto Chico Mendes. Referiu-se a ele como “o instituto”. Na platéia, mais de cinquenta chefes de unidades de conservação (UCs) federais, muitos vestindo narizes de palhaço, ocupavam um bloco de cadeiras na frente do palestrante.

Em determinado momento, o slide projetado nos três telões do auditório mostrava um esquema em que, no topo, recursos de compensação ambiental iam parar no “Chico Mendes”. Foi uma das deixas para que plaquinhas contra a MP 366, que divide o Ibama em dois, fossem levantadas por todos os manifestantes. “Já é difícil falar aqui na frente em condições normais, quanto mais nessas condições”, disse Mercadante, visivelmente incomodado com a situação. Só nas perguntas é que ele nomeou o instituto, para repetir o mantra de Marina Silva de que ele vem para “melhorar a gestão de unidades de conservação no Brasil”.

Em resposta a um bolo de perguntas entregues por escrito à organização pelo público (provavelmente um recorde, segundo o coordenador da mesa), ele disse que a decisão de Marina Silva e do presidente Lula foi política. “Eles julgaram que se não fosse por decreto, o instituto não sairia”. No mais, a palestra do diretor de áreas protegidas foi um inventário de ações do Ministério do Meio Ambiente neste governo que ele, fiel aos chefes, qualificou como avanço. Mercadante jura de pés juntos que a ministra não prioriza unidades de conservação de uso sustentável, apesar da sua própria aritmética lhe ser desfavorável.

Demissão

No primeiro mandato, Lula criou 53 unidades de conservação, 35 delas de uso sustentável. Sustentou que elas não são parques de papel, contrariando todas as análises que mostram a deficiência de pessoal e a falta de planos de manejo na maioria das áreas protegidas brasileiras, e relacionou sua criação à diminuição do desmatamento da Amazônia. Mercadante admitiu que o orçamento para a gestão de Unidades de Conservação no país é apertado e que isso coloca o ministério diante do problema de definir melhor o uso dos recursos de compensação ambiental. “É um dos grandes desafios do ministério gastar esses recursos”,

disse, talvez se esquecendo que uma de suas funções é justamente determinar como e onde deve ser aplicado este dinheiro.

A platéia perguntou também sobre as negociações para aprovação da MP 366. Alguns dos presentes levantaram a possibilidade de que, em troca de votos favoráveis no Congresso, fosse aprovada também uma modificação na legislação que fizesse com que a criação de UCs passasse a ser atribuição dos parlamentares. O diretor do MMA negou que isso esteja em jogo. Disse que, pelo que conhece da ministra e de seu secretário executivo, João Paulo Capobianco, não existe a menor possibilidade de que isso aconteça. “Se for aprovado, o Capobianco pede demissão”, disse ele. Um gaiato, no meio da platéia, aproveitou a deixa. “Então aprova”, berrou.

[Leia também a cobertura completa do CBUC e baixe as palestras](#)